

Perspectivas sobre o Desenvolvimento Rural Brasileiro: notas teóricas
Perspectives on the Brazilian Rural Development: theoretical notes
Perspectivas sobre el Desarrollo Rural Brasileño: notas teóricas

Mario Sérgio Pedroza Lobão* e Jefferson Andronio Ramundo Staduto**

RESUMO

O desenvolvimento rural tem assumido novos formatos e funcionalidades ao longo dos anos na história mundial e brasileira. As novas relações sociais incorporadas no meio rural têm trazido desafios e elementos basais antes não existentes, como a pluriatividade, o entendimento do rural para além do setor agrícola, a produção familiar, a realização de atividades não agrícolas, a transformação de bens intangíveis em bens econômicos como a paisagem, o sossego, o silêncio, dentre outros. Diante disso, busca-se discutir as perspectivas emergentes visualizadas nesse novo desenvolvimento rural, com destaque ao caso brasileiro. Vale frisar que o Estado assume papel central nessa mudança, especialmente com a indução e adequação das políticas públicas de desenvolvimento rural adotadas recentemente. O rural de hoje não é mais aquele do passado. Tem-se um novo rural em formação.

Palavras-chave: *Perspectivas emergentes. Desenvolvimento rural. Brasil. Notas teóricas.*

ABSTRACT

Rural development has assumed new forms and functionalities over the years in Brazil and in the rest of the world. New social relations incorporated into rural areas have brought about new challenges and basal elements such as pluriactivity, a rural understanding beyond the agricultural sector, family production, non-agricultural activities, and the transformation of intangible goods such as landscape, quietness and silence into other ones. In view of this, we discuss emerging perspectives on such new rural development, with emphasis on the Brazilian case. The State assumes a central role in this change, especially in the induction and adaptation of public policies for rural development recently adopted. Today's rural areas are no longer like past ones. A new countryside is taking form.

Keywords: *Emergent perspectives. Rural development. Brazil. Theoretical notes.*

* Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Toledo, Paraná, Brasil. Professor de Economia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Rio Branco, Acre, Brasil. E-mail: mario.lobao@ifac.edu.br

** Doutor em Ciências (Economia Aplicada) pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo, Piracicaba, São Paulo, Brasil. Professor dos Programas de Pós-graduação em Economia e Desenvolvimento Regional e Agronegócio na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Toledo, Paraná, Brasil. E-mail: jtaduto@yahoo.com.br

Artigo recebido em fev./2018 e aceito para publicação em set./2018.

RESUMEN

El desarrollo rural ha asumido nuevas formas y funcionalidades a lo largo de los años en la historia mundial y brasileña. Las nuevas relaciones sociales incorporadas al medio rural han traído desafíos y elementos basales antes no existentes, como la pluriactividad, el entendimiento de lo rural más allá del sector agrícola, la producción familiar, la realización de actividades no agrícolas, la transformación de bienes intangibles en bienes económicos, como el paisaje, el sosiego, el silencio, y otros. Ante ello, se buscó discutir las perspectivas emergentes visualizadas en ese nuevo desarrollo rural, con destaque para el caso brasileño. El Estado asume un papel central en este cambio, especialmente con la inducción y adecuación de las políticas públicas de desarrollo rural adoptadas recientemente. Lo rural de hoy ya no es el del pasado, es decir, se tiene un nuevo rural en formación.

Palabras clave: Perspectivas emergentes. Desarrollo rural. Brasil. Notas teóricas.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento caracteriza-se por ser de cunho qualitativo, que tem no crescimento econômico uma fonte necessária, mas não suficiente, para a promoção do aumento de bem-estar da população (FURTADO, 1974; OLIVEIRA, 2002). O desenvolvimento visa, principalmente, libertar as pessoas de suas privações, sejam elas econômicas, sociais, políticas, culturais etc. (SEN, 2000).

O desenvolvimento rural reinveste-se desses elementos, porém com uma conotação territorial consolidada. Aqui, o meio rural assume perspectivas particulares e com dinâmica própria, mesmo que, por obrigatoriedade, esteja vinculado ao ambiente urbano. Há de se tomar o desenvolvimento rural, portanto, “[...] como conceito ancorado no tempo (uma trajetória de longo prazo), no espaço (o território e seus recursos) e nas estruturas sociais presentes em cada caso” (KAGEYAMA, 2008, p.58).

A discussão do meio rural e do desenvolvimento rural tem ocupado espaço relevante no meio acadêmico, sobretudo nas agendas de organizações políticas do mundo, nas últimas três décadas. É como decorrência das transformações nas relações sociais e econômicas das comunidades rurais que tem emergido essa recente preocupação e se intensificado o debate sobre o tema (SCHNEIDER, 2004).

O rural de hoje não mais se assemelha ao do passado. Novas dinâmicas, elementos e atores passaram a existir ou a se alterar nos últimos anos. A valorização da produção familiar, a incorporação de atividades não agrícolas, a transformação de bens intangíveis em econômicos, os novos padrões e formatos de produção demonstram algumas dessas mudanças (VEIGA, 2000).

A visão do desenvolvimento rural restrito ao desenvolvimento agrícola foi superada (VAN DER PLOEG et al., 2000). O Estado deve entender essas transformações para que possa atuar de forma correta no planejamento e implementação das políticas públicas de desenvolvimento rural. Nesse sentido é que se busca discutir as perspectivas recentes nesse novo formato do desenvolvimento rural emergente.

A pesquisa trata-se de uma abordagem teórica, em que são discutidas, dentro da literatura brasileira, as transformações recentes no meio rural, as novas perspectivas e abordagens. Para isso, são apresentados os principais autores que debatem sobre a temática no Brasil. Vale destacar que se trata não de uma visão unilateral, mas que respeita a multiplicidade de ideias e, portanto, o foco é nas diversas concepções sobre o tema, mesmo as divergentes.

Além desta breve introdução, o presente artigo traça as principais mudanças ocorridas no seio das comunidades rurais, destacando os novos elementos incorporados ao desenvolvimento rural. Traz ainda potencialidades para o *desenvolvimento* rural, bem como se discutem as principais dinâmicas e abordagens tratadas até então na literatura. Por fim, a conclusão traz os principais fundamentos encontrados com o debate trazido.

1 DISCUTINDO O DESENVOLVIMENTO RURAL E AS MUDANÇAS RECENTES

O desenvolvimento rural vem sofrendo transformações significativas na sua concepção em períodos recentes. A principal delas tem sido em relação a sua sobreposição como conceito além de desenvolvimento agrícola, ou seja, ligado apenas ao setor produtivo rural e criador de excedentes para a comercialização no mercado global. Van Der Ploeg et al. (2000) explicam melhor essa mudança de entendimento do desenvolvimento rural para além do setor agrícola. Para eles, novos objetivos têm sido traçados, como o incentivo à produção de bens coletivos, a integração sustentável com ecossistemas locais, a promoção de economias de escopo sobre as economias de escala, assim como o desenvolvimento de atividades pluriativas pelas famílias rurais.

Essas mudanças têm levado ao surgimento de produtos e serviços novos, como a associação a mercados emergentes, necessários à sustentação desses novos produtos e serviços, pois faz-se necessária a expansão econômica como mantenedora do padrão de desenvolvimento. A adoção de novas trajetórias tecnológicas redutoras de custos, o entendimento da agricultura para além de estabelecimentos rurais, integrando-se em termos regionais e fortalecendo a economia rural como um todo, são fatores que também marcam essas transformações (VAN DER PLOEG et al., 2000).

Da equiparação entre desenvolvimento agrícola e desenvolvimento rural derivou a lógica produtivista do processo de modernização da agricultura. Mattei (1999) relata que, na maioria dos locais onde se implementaram políticas voltadas à modernização da agricultura, a pobreza rural perdurou.

Assim, é a partir dessa constatação que se passa a compreender os parâmetros do desenvolvimento rural para além da esfera agrícola. Muda-se o foco, de somente ser um ambiente setorial e de sua avaliação somente a partir de níveis de produtividade, para aquele que congrega toda a estrutura social, econômica e ambiental do meio rural.

Desse modo, Mattei (1999, p.2) afirma que o desenvolvimento rural incorpora e pressupõe transformações nas “[...] condições de vida da população, a qualidade dos produtos; as relações de trabalho; o acesso aos meios de produção, especialmente à terra; os níveis de renda agrícola e não agrícola dos produtores rurais, a conservação dos recursos naturais etc.”.

Não se pode deixar de destacar que, a partir da década de 1990, o desenvolvimento rural brasileiro passa a ser marcado pela forte pressão ambiental. No que se pese, o desenvolvimento rural sustentável é meta primária em toda e qualquer discussão política que envolva o tema. Conforme Brasil (2018), o desafio é, de um lado, diminuir os estágios de degradação ambiental dos ecossistemas oriundos das transformações agropecuárias, mas, de outro lado e ao mesmo tempo, é “[...] promover, difundir, e consolidar formas e estilos do sistema produtivo agrossilvopastoril e desenvolvimento rural praticado em bases sustentáveis”.

Portanto, há um *trade off* claro na consolidação do desenvolvimento rural atual brasileiro. Esse desafio, atrelado a novas formas de produzir, aos novos atores e às novas relações homem-natureza, é que tem marcado o novo padrão de desenvolvimento rural no Brasil.

2 POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

As oportunidades econômicas recentes advindas do espaço rural devem ser necessariamente exploradas, para que haja um processo de desenvolvimento rural sustentado. Enfatize-se, no entanto, que essas oportunidades devem suplantam o caráter estritamente agrícola de produção, como já mencionado.

A valoração da natureza, nos seus múltiplos aspectos, é condição necessária e relevante para o sucesso e a realização da melhoria das condições de vida das pessoas que nesse ambiente habitam. As potencialidades nacionais para isto são vastas. Veiga (2000, p.193) explica que:

Em todas as regiões do Brasil há espaços nos quais as perspectivas de desenvolvimento permanecem inteiramente ligadas à exploração mais produtiva de recursos naturais, isto é, à maior eficiência em atividades agropecuárias, florestais, minerais ou pesqueiras. Mas também é verdade que em todas essas regiões há espaços rurais cujas chances de desenvolvimento pouco têm em comum com as atividades primárias. Em alguns, as saídas dependem da possibilidade de atrair investimentos industriais. Em outros, estão mais diretamente vinculadas à capacidade de oferecer serviços a consumidores de alta renda, atraídos pelas riquezas naturais que tendem a ser cada vez mais valorizadas: ar puro, água limpa, belas paisagens e silêncio.

Não obstante, o autor expõe que essa diversidade de possibilidades e de potencialidades no desenvolvimento das inúmeras áreas rurais necessitará sofrer um processo de segmentação em mercados locais e regionais. Deve-se atender às peculiaridades dos seus demandantes: residentes temporários, turistas, esportistas, aposentados etc. Isto, como contrapartida àqueles mercados altamente padronizados em âmbito nacional e àqueles destinados a atender ao setor externo com produção de *commodities* e manufaturados.

Ademais, o desenvolvimento rural como base territorial, seja local ou regional, permite a interação de vários setores de produção e de apoio. Nesse contexto, dentro do processo de desenvolvimento, as regiões rurais passam a desempenhar funções determinantes. Por exemplo, o caso da função produtiva, antes direcionada somente à agricultura, agora assume novas conformações com a realização de atividades diversas, como artesanato, manutenção e conservação ambiental, turismo, dentre outras (KAGEYAMA, 2008).

A função populacional é outra que, no passado, se detinha somente a proporcionar, em períodos de acelerada industrialização, contingentes de pessoas às fábricas. Em tempos atuais requer a criação e/ou melhoramento de serviços básicos, infraestrutura e oferta de empregos, considerando a necessidade de retenção dos residentes no meio rural. Desponta ainda a função ambiental, com a proteção de florestas, de paisagens e de ecossistemas, ou seja, do meio ambiente em geral, antes desconsiderado (KAGEYAMA, 2008).

Montenegro Gómez e Favaro (2012) trazem uma discussão crítica sobre a territorialidade do desenvolvimento rural. Explicam que a abordagem clássica sobre a temática sempre se pautou em uma base local, visando à realização de uma transformação produtiva e institucional, de um espaço rural delimitado e com redução da pobreza rural.

Os autores argumentam que essa noção do desenvolvimento rural surgiu de concepções ideológicas neoliberais, ancoradas por diversos atores de âmbito mundial. Na prática, porém, nada se resolvia de concreto em relação às mazelas que assolavam o meio rural, só servindo para mascarar os verdadeiros problemas sociais sofridos pelas populações rurais.

Os mesmos autores enfatizam ainda que a noção apregoada é tão descompromissada que não se assume o compromisso de acabar com a pobreza, mas, simplesmente, de reduzi-la, diminuindo responsabilidades, principalmente como proposta de política pública. É com desconfiança ao tema que os teóricos se referem ao desenvolvimento territorial rural, alertando para os belos postulados, porém inócuos na realidade. Deve-se, assim, suplantiar essas perspectivas reducionistas e sem efetividade na prática cotidiana das comunidades rurais.

Mormente, para Veiga (2000) criou-se uma falácia generalizada ao se afirmar que o futuro do desenvolvimento do meio rural permeava a formação de grandes empresas e trabalhadores assalariados. Era como se fosse um caminho que despontava sem volta. Na verdade, o autor acaba por mostrar que a formação de grandes empresas com trabalhadores assalariados, ao invés de ser considerada como critério de desenvolvimento, acaba por se tornar indicador de subdesenvolvimento. A promoção do desenvolvimento rural, portanto, pauta-se, exatamente, na relação inversa, isto é, na existência predominante de estabelecimentos de porte médio, guiados, especialmente, pelo trabalho em família.

Foi assim que fizeram os países desenvolvidos, como os Estados Unidos e os da Europa, e que proporcionaram um alto nível de desenvolvimento das áreas rurais. Com isso, uma das principais estratégias para o desenvolvimento rural brasileiro deve ser o incentivo da agricultura familiar em substituição à agricultura patronal. Esta última tem sido o projeto assumido nacionalmente, e tem inserido o Brasil, cada vez mais, em um círculo de concentração de renda e exclusão social (VEIGA, 2000).

Para Silveira (2010), a agricultura familiar é, de fato, uma alternativa para o desenvolvimento rural, porém não pode ser tomada como condição única na promoção desse desenvolvimento. São muitos outros fatores que integram e promovem o desenvolvimento das comunidades rurais, como: i) a diversidade de atores e de atividades; ii) a multifuncionalidade, em especial com a reconfiguração da terra e do trabalho; e iii) condições favoráveis de infraestrutura.

Nesse sentido, o desenvolvimento de práticas empreendedoras e a formação de *clusters*, ou seja, a dinamização do espaço rural, são as iniciativas que devem pautar o processo do seu desenvolvimento, sendo a agricultura familiar um elemento dentro desse conjunto.

3 NOVAS DINÂMICAS NO DESENVOLVIMENTO RURAL RECENTE

Schneider (2004, p.94) explica que tem percebido uma motivação, com ganho de espaço e ânimo, em relação às discussões normativas e institucionais do desenvolvimento rural, tanto em abordagens teóricas como analíticas. Ressalta que quatro são os elementos-chave preconizados nesse debate: “[...] a erradicação da pobreza rural, a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação central com a sustentabilidade ambiental”.

Nesse contexto, para o entendimento do desenvolvimento rural é necessário ter em mente três enfoques que não podem ser perdidos de vista: o do desenvolvimento exógeno, o do desenvolvimento endógeno e a combinação desses dois (KAGEYAMA, 2004). Pelo lado exógeno do desenvolvimento rural, verifica-se que são forças externas, implantadas em certas regiões, que estimulam esse fenômeno.

Quanto ao lado endógeno, consiste na centralidade do desenvolvimento local. É “[...] gerado por impulsos locais e baseado predominantemente em recursos locais, pois atores e instituições desempenham papel crucial; o caso típico é o dos modelos dos distritos industriais [...]” (KAGEYAMA, 2004, p.383).

A combinação desses dois elementos, isto é, a relação entre forças externas e as internas, marca o envolvimento simultâneo dos atores rurais por redes locais, bem como atores exógenos, que, por sua vez, perpassam entre regiões e podem sofrer variações significativas decorrentes dessa interligação.

Para Mior (2003, p.25-26), a dinâmica do desenvolvimento rural tem sido discutida sob quatro abordagens:

- i) teorias que buscam dar conta da dinâmica do desenvolvimento rural em geral, e da agricultura, em particular, a partir da existência de pressões advindas da globalização da economia e do sistema alimentar, e as que enfatizam a persistência da diversidade da agricultura com suas especificidades;
- ii) teorias que buscam destacar a relevância dos espaços, (regiões, localidades, etc.) para entender a dinâmica do processo de desenvolvimento;
- iii) o debate acerca da abordagem endógena *versus* exógena e
- iv) a integração da agricultura nas noções e cadeia produtiva, distrito industrial ou *cluster*.

Essas abordagens proporcionam o entendimento do desenvolvimento rural sobre óticas diferenciadas. Tratam de atuar, conforme suas visões do espaço rural, nas mais diversas dimensões que as envolvem.

A partir disso, Mior (2003) enfatiza a necessidade de empreender esforços na expectativa de superação de dicotomias que permeiam essas diversas teorias. É na concepção do desenvolvimento rural com a noção de formação de redes, proporcionando uma reestruturação do rural, que envolvam dinâmicas sociais e econômicas interligadas, que o autor defende essa superação.

A noção da formação de redes como perspectiva e estratégia para a promoção do desenvolvimento rural também é trabalhada pelos autores Murdoch (2000) e Schmitt (2011). Cria-se uma abordagem relacional ao desenvolvimento rural em face de complexidade das dinâmicas sociais que atravessam o mundo rural na atualidade.

Schmitt (2011, p.90) expõe três principais vertentes que se destacam nessa concepção de redes. São “[...] a perspectiva orientada aos atores, a Teoria do Ator Rede e a análise das redes sociais proposta pelos estudiosos da sociologia econômica [...]”¹ que integram esse rol de abordagens levantadas pelo autor.

Murdoch (2000) chama a atenção para o processo de formação de redes tanto horizontais como verticais no espaço rural. Para ele, é com a formação de redes rurais de inovação e aprendizagem, estendendo-se tanto interna como externamente, bem como irradiando para outros segmentos da sociedade, que se conseguirá favorecer o desenvolvimento rural. Aqui levanta o caso das cadeias produtivas, que acabam formando verdadeiros conglomerados de empresas inovadoras.

4 DESENVOLVIMENTO RURAL: fenômeno espontâneo ou induzido?

Navarro (2001, p.88) aborda o desenvolvimento rural como “[...] ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural [...]”. Nesse sentido, o Estado, por ser legitimamente um agente capaz de propor ou mesmo de impor mudanças sociais, foi sempre o agente que se mostrou como o principal responsável por essa materialização do desenvolvimento rural.

Assim, entende-se que o desenvolvimento rural é fruto de um projeto adotado intencionalmente. Só por meio de estratégias preestabelecidas e de metas traçadas é que se alcançarão maiores níveis desse desenvolvimento, sendo as ações governamentais, a partir de uma lógica operacional projetada, que indicarão a trajetória assumida pelo desenvolvimento rural.

Schneider (2007, p.1) explica que o Estado, com a aplicação de políticas públicas, foi o agente que sempre esteve formulando a agenda do desenvolvimento rural no Brasil. Assim, favoreceu um cenário político de instrumentalização de atores específicos da sociedade, pesquisadores e o próprio Estado nesse debate.

Complementa que “[...] a crescente legitimação social e política da agricultura familiar e da reforma agrária, a reorientação das políticas governamentais, o crescente acirramento político e ideológico em relação ao agronegócio e as discussões sobre a sustentabilidade [...]” (SCHNEIDER, 2007, p.1) foram e são os principais fatores motivadores desse debate recente no País, especialmente após a década de 1990.

Dessa maneira, entende-se que o desenvolvimento rural, por ter a característica de ser resultado de ações e de políticas de governos, tende a se alterar ao longo do tempo. O surgimento de novas conjunturas ou mesmo de outras condicionalidades,

¹ Para maiores detalhes, consultar Schmitt (2011), na obra *Redes, Atores e Desenvolvimento Rural: perspectiva na construção de uma abordagem relacional*, p.89-102.

impostas pelo desenvolvimento geral da economia e da vida social, é o principal exemplo da necessidade constante de se repensar o desenvolvimento rural com o passar do tempo. Novas necessidades ou mesmo limites determinarão o padrão rural a ser atingido, afetando-o de maneira positiva ou negativa, bem como o condicionando (NAVARRO, 2001).

Conforme Moreno (2011), é com a Política Agrícola Comum (PAC) da Europa que o desenvolvimento rural assume consenso epistemológico. É, ainda, na complexidade dos espaços rurais, derivada do avanço de processos espontâneos e induzidos, que a sua delimitação acontece. Trata-se de processos como: a difusão periurbana; a reconcentração industrial; o avanço de usos recreativos do meio rural; a ampliação dos espaços sujeitos à regulação por sua riqueza biológica; e o contraste na produtividade dos setores originalmente monopolizadores da organização desses espaços: agricultura, pecuária e exploração florestal, que marcam essa nova complexidade dos espaços rurais atualmente.

Assim, devem ser levados em consideração, na análise do desenvolvimento rural, tanto o desenvolvimento agrícola como o desenvolvimento urbano projetados. Estes dois desenvolvimentos são essenciais para explicar como muitas pessoas do espaço rural conseguem obter rendas complementares e cruciais para a própria manutenção de atividades agrícolas (KAGEYAMA, 2008).

Nesse contexto, conforme Kageyama (2008), os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul têm permitido compreender esse novo padrão do desenvolvimento rural no Brasil. São estados que possuem estrutura urbana alargada e difundida *pari passu* com uma agricultura dinâmica, possibilitando a integração rural-urbano de forma consolidada, fruto do acumulado histórico dos resultados das variadas ações de políticas públicas nesses estados.

Nesses termos, o meio urbano passa a determinar e permitir acesso a bens e serviços ao rural, antes exclusivos das cidades. Sem contar que promove a diversificação de atividades, tanto agrícolas como não agrícolas (KAGEYAMA, 2008).

Com esse mesmo raciocínio, Veiga (2000) advoga sobre a impossibilidade de o desenvolvimento rural ser separado do desenvolvimento urbano. Não diferente é a impossibilidade do desenvolvimento agrícola que desconsidere o desenvolvimento comercial e industrial. Na verdade, não existe relação antagônica, mas, sim, de complementaridade, evidenciando o caráter complexo e multifacetado do desenvolvimento, requerendo, muitas vezes, recortes para o seu estudo, porém é só na sua completude de dimensões que se torna possível compreendê-lo.

É nesses moldes que deve ser pautada a implementação e operacionalização das políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Do contrário, está fadada ao fracasso da intervenção política.

5 ABORDAGENS E PRINCIPAIS ELEMENTOS DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Para Basso, Delgado e Silva Neto (2003, p.74), a trajetória do desenvolvimento rural pode ser analisada sob duas abordagens. A primeira é “[...] baseada na consideração privilegiada dos sistemas agrários e dos sistemas de produção, e a outra fundamentada na noção de acesso e de capacitação para o acesso a recursos por parte dos atores sociais existentes”.

Mormente, a primeira abordagem utiliza como unidade básica a unidade de produção, limitando-se ao campo das atividades produtivas como foco, pois, para o fortalecimento dos grupos sociais que nele atuam, só basta que haja intervenção nesse campo produtivo. Revela-se essa primeira abordagem como uma visão estritamente ligada às relações econômicas.

A segunda abordagem tem as famílias rurais como unidade básica de análise. O foco é nas relações sociais, com o processo de sua reprodução social envolvendo atividades agrícolas como também não agrícolas. Assim, Basso, Delgado e Silva Neto (2003) acabam por expor que essas duas abordagens, mesmo que aparentemente pareçam diversas, devem ser vistas muito mais como complementares do que como alternativas, favorecendo a adoção de práticas socioeconômicas integradas.

Para tanto, entende-se que, para a promoção do desenvolvimento rural e para a sua potencialização, deve-se levar em conta um conjunto de elementos comuns que as condicionam ou as favorecem. Sobre esses elementos essenciais ao desenvolvimento rural, Kageyama (2008, p.76) expõe que são:

- a) a integração mercantil com cidades da própria região: o dinamismo econômico das cidades de médio porte, principalmente pela criação de atividades terciárias, favorece o desenvolvimento das comunidades rurais adjacentes (VEIGA, 2000);
- b) a combinação de uma agricultura familiar consolidada com um processo de urbanização e industrialização descentralizado, gerando um mercado local de consumo de produtos diversificados e fornecimento de matérias-primas e mão de obra rural para a indústria local;
- c) a pluriatividade das famílias rurais, que permite a retenção de população e a redução do êxodo rural;
- d) a diversidade das fontes de renda, que permite maior autonomia (menor dependência da atividade agrícola exclusiva) e menor instabilidade de renda;
- e) os programas de geração de emprego e de melhoria da qualidade de vida, que atenuem as migrações e o isolamento;
- f) a existência de recursos territoriais que permitam produzir para mercados específicos (vinhos, turismo etc.), possibilitando a internalização de externalidades positivas.

Não menos importante, Veiga (2000) explica que o Brasil, assim como a África do Sul e a Colômbia, assumiu um padrão histórico de desenvolvimento rural e agrícola que condenou o trabalho rural prematuramente. Este fato se deu, principalmente, a partir dos anos 1960, com o processo de modernização da agricultura.

Foi por meio de políticas governamentais, como crédito subsidiado, investimentos em infraestrutura e comercialização por meio de sistemas estatais, que se promoveram e se modificaram as relações de trabalho no campo. Esse processo custou caro à sociedade rural, haja vista que derivou de “Uma modernização que condenou um grande número de agricultores à decadência; forçou grande parte da força de trabalho rural a favelizar periferias urbanas; e fez dobrar ou triplicar o número de pobres rurais, elevando a níveis insuportáveis a violência, a destruição ambiental e a criminalidade” (VEIGA, 2000, p.87).

Nesse sentido, a superação ou pelo menos a diminuição das desigualdades devem ser a finalidade do desenvolvimento no meio rural. Para tanto, Melo (2006) aponta que o padrão de modernização da agricultura assumido proporcionou um melhor desempenho e uma reorientação da base produtiva agrícola, favorecendo que haja um novo debate.

Esse novo debate se pauta agora não mais pela questão de como produzir, mas, sim, de como fazer a população rural ter acesso aos benefícios gerados, decorrentes do processo de desenvolvimento da agricultura. Só assim se conseguirá a superação das desigualdades que ainda atingem os residentes do meio rural.

Adicionalmente, verifica-se que o desenvolvimento rural deve ser marcado pela combinação de aspectos sociais, como um nível de vida socialmente aceito, e aspectos econômicos oriundos do aumento e da estabilidade dos rendimentos familiares. Ademais, é na expansão da diversificação das atividades geradoras de renda (pluriatividade) que deverão residir os fundamentos básicos para o alcance desses resultados econômicos e sociais desejados (KAGEYAMA, 2004).

A agricultura familiar tem se fortalecido dentro do contexto de desenvolvimento rural. Evidências de seu potencial social, econômico e produtivo têm feito a categoria ganhar força política, inclusive tendo atenção especial do Estado, como é o caso da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). As orientações de políticas públicas para a agricultura familiar, como a reforma agrária, a segurança alimentar, entre outras, também reforçam esse contexto e emergência do novo formato de debate do desenvolvimento rural brasileiro (SCHNEIDER, 2007).

Não diferente, a própria mudança, mesmo que de forma tímida, da visão das elites agrárias, em relação às políticas sociais e compensatórias, tem trazido novos formatos no entendimento do meio rural. Isso, sem contar a questão da sustentabilidade ambiental, que, inclusive, tem gerado expectativas quanto ao próprio padrão rural e agrícola adotado recentemente. Não obstante, é na perspectiva de se repensar políticas agrícolas, favorecendo a preservação dos recursos naturais ou a adoção de novos aparatos tecnológicos poupadores destes recursos naturais, que o debate sobre o desenvolvimento rural tem se dado nos últimos tempos (SCHNEIDER, 2007).

Outro tema relevante no desenvolvimento rural é a questão da reforma agrária. Para Freitas e Germani (2012, p.19), só com a resolução da questão agrária no Brasil é que se efetivará o desenvolvimento das pessoas que dependem do meio rural para sua sobrevivência. É por meio da reforma agrária que se permite a “[...] democratização da base territorial de reprodução material da vida e, com isso, cria as condições favoráveis à autonomia política da prática social [...]”.

Van Der Ploeg (2011), ao analisar as trajetórias do desenvolvimento rural entre Brasil, China e União Europeia, embasado na concepção de que as políticas de desenvolvimento rural possuem discursos e objetivos próprios, verificou que, apesar de se tratar do mesmo fenômeno, são diferenciados os rumos que toma entre as nações. Na União Europeia, por exemplo, visualizou-se o desenvolvimento rural diretamente interligando à agricultura com suas “externalidades positivas”, ou seja, paisagens admiráveis, um rural ativo, com biodiversidade e limpo.

No Brasil, o foco encontrado foi “[...] contra os desequilíbrios sociais e espaciais e o fortalecimento do altamente diverso, mas em contínuo crescimento, setor da agricultura familiar [...]” (VAN DER PLOEG, 2011, p.120). Na China, por sua vez, o discurso residia na integração dos camponeses como cidadãos, buscando amenizar seu distorcido campesinato.

Dois elementos comuns, no entanto, envolviam esses três países: o mercado de produtos básicos (*commodities*) e o surgimento de mercados emergentes diferenciados (nichos de mercado), ambos permeados por falhas de mercado. Para os autores, são as “[...] desigualdades sociais e espaciais agudas (Brasil), a ameaça da marginalização do campesinato (China) e a destruição das paisagens, da biodiversidade e da qualidade de vida no campo (União Europeia) [...]” (VAN DER PLOEG, 2011, p.122) que representam as principais falhas de mercado e que, de alguma forma, unem Brasil, China e União Europeia.

CONCLUSÃO

A discussão do novo desenvolvimento rural ainda é um processo em formação. As mudanças nas relações sociais, econômicas e ambientais das comunidades rurais têm trazido novos desafios, especialmente aos agentes públicos que lidam com o planejamento do desenvolvimento rural brasileiro, que de fato é um fenômeno a ser induzido.

Aquela visão reducionista e retrógrada de desenvolvimento rural como somente agrícola não consegue mais dar conta das atuais particularidades emergentes. São novos temas que ingressaram na discussão desse fenômeno e que não podem mais ser deixados de lado. A pluriatividade, a produção familiar, a reforma agrária, a transformação da paisagem rural e elementos intangíveis naturais em bem econômico são bons exemplos dessas novas mudanças.

Nesse sentido, discutiram-se as perspectivas do desenvolvimento rural, com atenção à realidade brasileira. Os temas apresentados deram conta de mostrar as principais potencialidades, dinâmicas, elementos, abordagens e atores desse novo desenvolvimento rural.

Desse modo, entendeu-se que o desenvolvimento rural tem assumido, como elemento principal, a partir de uma base territorial e não mais setorial, a promoção e a melhoria das condições de vida das famílias rurais. A agricultura familiar ganha importância como estratégia, porém não representa a única alternativa ou solução, uma vez que o desenvolvimento rural é complexo, multidimensional e multifuncional. Requer a atuação de diversos atores no âmbito da sua realização, atores estes como o Estado, os produtores familiares, intelectuais da área, capitalistas rurais, agências de fomento, dentre outros.

Apesar das transformações, ressalta-se que essa construção do modelo de desenvolvimento rural brasileiro, pautado na multiplicidade de atores e no acréscimo de multifuncionalidade territorial, tem sofrido, com os ajustes do atual governo brasileiro, mais especificamente no governo Temer, reveses drásticos. É fato que tem havido uma valorização de um plano unilateral com retomada da agricultura patronal como principal agente propulsor do desenvolvimento rural, isto é, um rural como um espaço prioritariamente agrícola.

De todo modo, uma coisa é certa, o caráter sustentável do desenvolvimento rural é um ponto sem volta. Este fator tem surgido como o principal desafio, primeiramente por ser no meio rural que se lida diretamente com os recursos naturais, depois porque esses recursos precisam ser disponibilizados às gerações futuras. É um novo momento de reflexão, é um novo desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS

- BASSO, D.; DELGADO, N. G.; SILVA NETO, B. O estudo de trajetórias de desenvolvimento rural: caracterização e comparação de diferentes abordagens. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, RS, ano 1, n.1, jan./jun., 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/68/25>>. Acesso em: 28 nov. 2017.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Desenvolvimento rural**. 2018. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural>>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- FREITAS, H. I.; GERMANI, G. I. O desenvolvimento territorial rural em questão. **Mercator**, Fortaleza, v.11, n.25, p.19-33, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/808/415>>. Acesso em: 27 nov. 2017.
- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- KAGEYAMA, A. A. Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida. In: CONGRESSO DA SOBER. Cuiabá, 2004. **Anais...** Cuiabá: SOBER, 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/12O506.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2017.
- KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.
- MATTEI, L. F. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no Estado de Santa Catarina**. 223f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia, São Paulo, 1999.

MELO, C. O. de. **Caracterização do desenvolvimento rural dos municípios paranaenses: uma análise com base na estatística multivariada**. 127f. Dissertação (Programa de Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense**. 316f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina – Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2003.

MONTENEGRO GÓMEZ; J. R.; FAVARO, J. L. Uma leitura crítica do desenvolvimento territorial rural realmente existente: entre as condições de possibilidade e a implantação.

Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.122, p.39-69, jan./jun. 2012.

Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/470/701>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

MORENO, M. L. G. Desarrollo rural vs. desarrollo local. **Estudios Geográficos**, v.72, n.270, p.77-102, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://estudiosgeograficos.revistas.csic.es/index.php/estudiosgeograficos/article/view/334/333>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

MURDOCH, J. Networks: new paradigm of rural development? **Journal of Rural Studies**, n.16, p.407-419, 2000.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v.15, n.43, set./dez. 2001. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <http://sottili.xpg.uol.com.br/publicacoes/pdf/revista_da_fae/v5_n2_mai_agosto_2002/uma%20discussao%20sobre%20o%20conceito%20de%20desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n.27, p.82-112, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/22438/13011>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n.11, p.88-125, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

SCHNEIDER, S. Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. Versão ampliada do trabalho 'Trends and matters in rural development studies in Brazil'. In: CONGRESS OF THE EUROPEAN SOCIETY FOR RURAL SOCIOLOGY, 22., 2007, Wegeningen, Holanda. **Anais...** Wegeningen, Holanda, 2007. p.20-24. Disponível em: <portal.mda.gov.br/o/884942>. Acesso em: 22 nov. 2017.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, S. M. P. da. Estratégias para fomentar o desenvolvimento rural. **Revista de Estudos Sociais**, ano 12, n.24, v.2, 2010. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/284/253>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

VAN DER PLOEG, J. D. et al. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, v.40, n.4, out. 2000. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-9523.00156/epdf>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

VAN DER PLOEG, J. D. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n.27, p.114-140, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n27/a06v13n27.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

VEIGA, J. E. da. **A face rural do desenvolvimento**: natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.